



ORDEM NOVA* – Revista mensal, que se publicou entre **Março-Abril de 1926 e Março de 1927**, um arco de tempo que teve como eixo definidor o golpe militar de 28 de Maio de 1926 ou a «Revolução Nacional» que pôs fim à 1.^a República.

Na capa, cumprindo claramente uma função estética e promocional, um extenso subtítulo, compondendo dois triângulos ou cunhas que apontam para o título, esclarecia: «**Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista, contra-revolucionária; reaccionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras e da imprensa**».

O tom provocatório da declaração de princípios e valores, realçado pelo modernismo gráfico, de feição futurista, não deixa dúvidas sobre a natureza da publicação: era uma **revista de combate e doutrinação**. Era guiada pelo propósito de dar voz a um grupo, reflectindo o seu posicionamento face à realidade envolvente e às suas ideias. É também evidente a sua identificação com o **ideário Integralista**. Um movimento que começou a esboçar-se, logo após a implantação da República, em círculos católicos e monárquicos adjacentes à Universidade de Coimbra¹, e se fez um dos mais activos campos de produção ideológica contra o regime republicano parlamentar. A revista *Nação Portuguesa*², fundada em Coimbra, em 1914, foi o mais relevante órgão de propaganda dos integralistas, e **António Sardinha** (1887-1925), que a dirigiu a partir de 1922, o seu incontestado líder doutrinário. Mas a acção integralista extravasou o campo das ideias. De facto, por mais de uma vez, os integralistas conspiraram contra a República, desencadeando manobras militares com o fim de restaurar a Monarquia.

* Para a redacção da presente Ficha Histórica contámos com os preciosos contributos dos Professores Doutores Luis Reis Torgal e Luis Bigotte Chorão, e do jornalista e investigador António Valdemar. Fica aqui o agradecimento devido pela sua excepcional disponibilidade para atender aos pedidos de apoio endereçados na fase de investigação, partilhando informações e valiosas sugestões de pesquisa.

¹ Nomeadamente: o Centro Académico de Democracia Cristã (1901), que a partir de 1905 editou os *Estudos Sociais*; e o Centro Académico Monárquico (1908), que teve como órgão a *Pátria Nova*.

² Conheceu várias séries: na 1.^a (1914 a 1916), com o subtítulo *Revista de Filosofia Política*, foi dirigida por Alberto Monsaraz; na 2.^a (1922-23), *Revista de Cultura Nacionalista*, sob a direcção António Sardinha; a 3.^a (1924-1926), foi dirigida nos dois primeiros números por Sardinha, que, uma vez falecido (1925), será substituído por Manuel Múrias; na 4.^a série (1926-27), mantém-se sob a mesma direcção; a 5.^a série (1928-29) foi secretariada por Marcelo Caetano; a partir da 6.^a série (1929 e 1931), a terminologia da publicação alterou-se profundamente. A *Nação Portuguesa* está disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa, em formato de microfilme, mas com falhas. Na Biblioteca República e Resistência pode ser consultada em suporte papel, mas também neste caso a colecção está incompleta.

Essas actividades vão atingir o seu ponto máximo após o assassinato de Sidónio Pais, originando a revolta de Monsanto e a proclamação da Monarquia do Norte.³

CONTEXTO E MOTIVAÇÕES

Como se pode ver na ficha técnica, que surge pela primeira vez na segunda página do segundo número, a *Ordem Nova* ainda estava ligada ao “berço” integralista: a sua redacção estava instalada na rua do Norte, em Coimbra, embora a administração estivesse localizada em Lisboa – mais precisamente no 3.º andar do n.º 8 da rua do Directório, endereço que correspondia ao da «Composição» da *Nação Portuguesa*, a “velha” revista integralista. E podem-se apontar outros elos entre os dois periódicos: o mesmo proprietário e editor, **José Fernandes Júnior**; também o director, à data, da *Nação Portuguesa*, **Manuel Múrias**, foi um colaborador regular da *Ordem Nova*, mas existiam outros publicistas comuns. Sublinha-se ainda o facto, de a *Ordem Nova* não indicar nenhum «director», mas sim um par de «Redactores fundadores», **Albano Pereira Dias de Magalhães** e **Marcelo Caetano**. Parece, pois, **inegável a filiação da *Ordem Nova* na *Nação Portuguesa***. Assim sendo, isto é, considerando que o movimento integralista já dispunha de um órgão de comunicação próprio, que propósito esteve subjacente ao lançamento da *Ordem Nova*? Não existem quaisquer indícios de uma dissidência; pelo contrário, as duas publicações foram sempre próximas. Terá correspondido a um relançamento do movimento, um esforço de doutrinação e de recrutamento? Estamos em crer que sim, mas foi dirigido a um alvo específico: os **estudantes universitários**. E foi protagonizado também por estudantes integralistas, de Lisboa e Coimbra, como se verá.

À luz desse direccionamento, torna-se mais fácil perceber os laivos de estética futurista presentes na revista. **Traduzem, provavelmente, uma tentativa de renovação plástica, ou “modernização” de uma doutrina tradicionalista, católica e reaccionária** – valores que lhe conferiam uma imagem pesada, soturna, pouco cativante para a juventude. Hipótese que é confirmada por um dos fundadores, Marcelo Caetano, num artigo de tipo memorialista, publicado no último número da *Ordem Nova*, quando recorda a definição conceptual da publicação: «seria qualquer coisa de novo e de audaz, em que procuraríamos pôr mocidade, com a sua licença irreverente e cáustica, com o seu riso claro e a sua força energética e decidida.»⁴

O **Futurismo**, tal como foi concebido pelo italiano Marinetti (Filippo Tomaso Marinetti, 1876-1944), exaltava a força, a energia, a violência: “Queremos glorificar a guerra, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias por que se morre e o desprezo da mulher.”; concebia a vida orientada para o futuro, que se revelava em novas belezas: «Cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho,

³ Sobre a formação do Integralismo Lusitano e a sua actividade existem vários estudos publicados em revistas, como a *Análise Social* ou a *Revista de História das Ideias* (Coimbra), muitos dos quais são referidos na Bibliografia consultada.

⁴ Cf. «Um ano depois...», in *Ordem Nova*, n.º 12 (Fev. 1927), pp. 363-367.

pelo prazer ou pela revolta, (...) as locomotivas de vasto peito, galgando os carris como grandes cavalos de ferro curvados por longos tubos e o deslizante voo dos aviões cujos motores drapejam ao vento como o aplauso de uma multidão entusiasmada.»; e exortava à destruição do passado e da cultura feita: “Ponham fogo nas estantes das bibliotecas! (...) Empunhem as picaretas, os machados, os martelos e destruam sem piedade as cidades veneradas!» exortava incendiário.⁵

Numa primeira fase (até à primeira guerra), esta agressividade mobilizadora, que impregnou muitas artes, fascinou a maioria dos movimentos nacionalistas mais radicais, sobretudo os seus elementos mais jovens. Mas o laicismo que irradiava, o seu culto mecanicista e o seu anti-conservadorismo acabaram por se revelar incómodos e desfazer o “encanto” e afinidades iniciais. Repudiado por uns, devido às suas conotações ideológicas com “a direita” e o fascismo, e adulterado por outros, o Futurismo acabará por perder a sua projecção e a sua unidade criadora. **A Ordem Nova coloca-nos perante esse Futurismo expurgado de uma parte do seu “material genético”, afirmando-se «anti-modernista»:** «Não nos iludamos: esta sociedade que contempla embevecida as suas últimas conquistas científicas, que gosa a rebolar-se na comodidade dos «maples» as maravilhas dos aviões e da telefonia sem fios, (...) esta sociedade não ouve verdades que não lhe sejam ditas em voz bem alta, não recebe reclamações que lhe não sejam feitas ao som dos canhões, não atende pedidos senão quando se vê perdida e busca aflita por qualquer preço a tábua de salvação!»⁶

A esse «mundo moderno – a isso que para aí se está desfazendo, cheio de todos os pecados, corroído por todos os vícios e tresandando odores fétidos de podridão» lançavam a sua «declaração de guerra». Recusavam continuar a compactuar «com êsse liberalismo estúpido que se apossou de todas as classes sociais, querendo quebrar todas as disciplinas, negando a força do sangue, a voz dos antepassados, pondo de parte a tradição». **Exigiam, pois, uma «Ordem Nova» que é a «ordem humana, a ordem natural, a ordem divina, a única ordem».**⁷ **No campo político, o modelo apto a realizá-la era o de uma «monarquia, orgânica, tradicionalista e anti-parlamentar».** Modelo único e regenerador, na medida em que estava alicerçado em realidades que tinham por intemporais, como a Raça, a Nação ou a doutrina da Igreja Católica. Na sua perspectiva, a República parlamentar – que entendiam como a continuação dos erros e perversões da Monarquia Constitucional – representava o passado, o “velho” ulcerado e corroído. Eles, jovens integralistas, lideravam a renovação.

⁵ O «Manifesto Futurista», que Marinetti dirigiu aos jovens, foi publicado pela primeira vez no jornal *Lo Figaro*, de 20/02/1909; em Portugal, o Futurismo foi divulgado através das revistas *Orpheu* (1915) e *Portugal Futurista* (1917).

⁶ Cf. «Anúnciação», in *Ordem Nova*, n.º 1, pp. 5-13.

⁷ *Ibidem*.

Paradoxalmente, aquela crítica demolidora feita ao regime republicano demo-liberal, não culminava na exigência de um assalto ao poder, uma mudança urgente. Um estranho sentido de prudência parecia refrear, à data, o ânimo inflamado dos jovens integralistas. De facto, a primeira posição que assumiram na *Ordem Nova* foi a de que ainda não estavam reunidas as condições para uma mudança bem sucedida, durável. Logo no primeiro número, Marcelo Caetano expôs a questão nestes termos: «Entendemos que a mudança de regime só é possível e será fecunda quando haja um escol capaz de impor à Nação os princípios salvadores – isto é, capaz de estender a todos os benefícios que nos espíritos seleccionados tenha produzido a reforma intelectual em que andamos empenhados».⁸ A posição de Marcelo não deixa de reflectir uma certa insegurança na capacidade imediata dos integralistas liderarem as oposições na construção de um governo alternativo credível e, sobretudo, durável.

Mas à medida que os dias passavam, **a solução ditatorial foi impondo-se como o desfecho mais provável da trajectória de instabilidade e tensão em que o país mergulhara.** O assunto ainda foi analisado por José Luís da Silva Dias, em «A febre dos messias»⁹, que deixou explícito o seu cepticismo para com todo o tipo de “salvadores da Pátria”. Mas na edição de Maio, os jovens integralistas sentiram necessidade de rever a sua posição. Num artigo redigido na 3.^a pessoa do plural, não assinado, esclarecem: «Reconhecemos [...] que o Estado não pode continuar a enfraquecer-se neste regime miserável e suicida; por isso aceitamos a solução ditatorial, como solução transitória, como intervenção cirúrgica a que fatalmente se há-de suceder uma medicina cuidadosa.»¹⁰

Após o golpe militar de 28 de Maio, a *Ordem Nova* apresentou-se sob o sintomático formato de “dois em um”. Compreensíveis percalços daquele Verão quente terão atrasado a edição de Junho; assim, sob uma capa comum, apresentam-se dois números autónomos. Circunstância que traz algum realce às diferentes posições assumidas pelos «redactores-fundadores» face aos últimos acontecimentos.

Albano Magalhães fez questão de incluir o artigo que havia redigido quando ainda estavam mergulhados «num ambiente denso de poeira, que sujava as almas dos homens». Nele assumia o papel de “consciência” integralista: «Que importa que leve mais tempo e que tenhamos de dar mais passos para chegar à *terra prometida*, se Deus nos der a graça de um dia a pudermos pizar!» E lança algumas ameaças: «(...) se o nosso protesto é levantado contra todos aqueles que combatem o Espírito criador do mundo, mais forte ainda será contra aqueles que dizem guiar-se pelo Verbo e o Verbo atraiçoam.» Sentiria, portanto, uma esperança emergente, mas não o bastante para desactualizar os alertas que lançara. Por isso insiste: «A vitória não se limita só ao

⁸ Cf. «As directrizes da acção «Ordem Nova»», in *Ordem Nova*, n.º 1, pp. 32.-33.

⁹ Cf. *Ordem Nova*, n.º 2 (Abr. 1926), pp. 53-58.

¹⁰ Cf. «A ditadura», in *Ordem Nova*, n.º 3 (Maio 1926), p. 98.

trunfo do momento, tem de ser uma vitória constante, um domínio completo sobre os malvados de espírito.»¹¹

Já Marcelo Caetano, escudando-se na falta de alternativas, isto é, na inexistência de um rei à altura da sua missão, tem um discurso dúbio, contraditório. Embora não deixe de afirmar que se mantêm monárquicos, e que entendem a ditadura como uma «solução provisória», evoca um artigo de António Sardinha, com o propósito de provar a ortodoxia do apoio à ditadura e algo mais: «Por que evita a quebra e a dispersão da soberania (...) é que na nossa desconjuntada Europa o recurso à ditadura se tornou o pão nosso de cada dia. O que é o recurso à ditadura, como garantia das liberdades públicas, - e não da Liberdade metafísica dos códigos! -, senão o apelo para a força coordenadora da Monarquia?» E concretiza o seu pensamento evocando o exemplo recente da Alemanha, a «imperial República»: «como interpretar a decisão do General Steecht, suprimindo a existência de todos os partidos, senão como um acto monárquico, em que a lei do interesse colectivo prevalece sobre a lei da opinião pública, base fundamental duma democracia?»¹²

Nas edições seguintes Marcelo Caetano voltou a defender a ditadura. Acompanha-o nesse posicionamento **Pedro Teotónio Pereira**, que se foi fazendo uma voz proeminente na *Ordem Nova*. É evidente a simpatia que nutrem pela Itália fascista, e pela obra de Mussolini, que convocavam amiúde como exemplo de moralidade viril: «A energia do *duce* limpou a Itália de tais elementos enfraquecedores, e foi então que a França, onde, neste século de Verdade, se acoita ainda toda a mentira que por obra sua se espalhou pelo mundo, (...), a França intentou, recebendo os indesejáveis italianos e rendendo à Itália em troca os indesejáveis franceses, intrometer-se na vida privada e honesta da *Itália rinovata*.»¹³

Registe-se também o coro crescente de vozes que reclamava por mais “moralidade”, isto é, mais autoridade, por mais controlo sobre as liberdades de pensamento e de expressão. Marcelo Caetano atacava abertamente os intelectuais, que acusava de serem «os grandes desorganizadores da vida moral».¹⁴

Albano Magalhães insurgia-se contra a imoralidade que se expunha nas montras das livrarias e nos palcos dos teatros, e vociferava: «Para que serve pois a autoridade em Portugal? Se triunfam revoluções para moralizar o povo português desgraçado pela perversão de um século de maldições e se continuamos no mesmo estado que elas se propõem extinguir que espécie de poder é o seu?»¹⁵ Mais certeza exalava Pedro Teotónio Pereira, no seu ensaio sobre a imprensa, onde constatava satisfeito: «A

¹¹ Cf. «A honra portuguesa em hasta pública e a esperança da sua defesa», in *Ordem Nova*, n.º 4-5 (Jun. -Jul. 1926), pp. 105-109.

¹² Cf. «A nossa «adesão»», in *Ordem Nova*, n.º 4-5 (Jun. - Jul. 1926), pp. 147-151.

¹³ Cf. «A chaga da literatice», in *Ordem Nova*, n.º 9-10 (Nov. – Dez. de 1926), pp. 267-271.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Cf. «Para que serve a autoridade?», in *Ordem Nova*, n.º 9-10 (Nov. - Dez. 1926), pp. 278-282.

Democracia e toda a sua miragem grosseira está, ao que parece, decididamente e finalmente em falência. Os parlamentos fazem penitência por um silêncio rigoroso da verborreia (...) As quadrilhas políticas debandam (...) Os outros regeneram-se e entram na vida normal ou vão para as galés regenerar-se à força.»¹⁶

Muitos destes jovens integralistas foram chamados a tomar parte da «república» de Oliveira Salazar, no quadro da qual tiveram oportunidade de concretizar muitas das directrizes que definiam a «Monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar» que tanto desejavam.

A EQUIPA DA «ORDEM NOVA»

A *Ordem Nova* contou com um corpo de colaboradores bastante razoável, cerca de duas dezenas de elementos. Infelizmente, não foi possível recolher dados suficientes para traçar um retrato completo do grupo. Ainda assim, o cruzamento dos indicadores recolhidos com outra informação directa e indirecta extraída da própria revista e de outras fontes e estudos, permite afirmar, com alguma margem de segurança, que o grupo era, fundamentalmente, **constituído por jovens, na sua maioria universitários de Coimbra e de Lisboa, com algum predomínio dos que estudavam na capital.** Essa diferenciação encontra-se desde logo traduzida no protagonismo de **Marcelo Caetano** (24 anos) face ao outro co-fundador, **Albano Magalhães** (22 anos). Mas importa não esquecer que Coimbra era, há muito tempo, o mais dinâmico centro do associativismo juvenil e académico integralista e não só.

No Quadro I, apresenta-se uma caracterização incompleta da equipa de dinamizadores da *Ordem Nova*, tomando por referência o seu ano de nascimento/morte e a sua formação. A essa informação, acrescentaram-se alguns dados (no fim da Ficha) sobre a actividade desenvolvida, particularmente durante o Estado Novo.

¹⁶ Cf. «A Alvanca do Progresso – I», in *Ordem Nova*, n.º 7, pp. 204-212.

Quadro I

NOME	NASCIMENTO/ MORTE	FORMAÇÃO
Adriano Pimenta da Gama
Afonso Domingues
Afonso Lopes Vieira ⁱ	1878 – 1946	Direito, Coimbra
Albano Pereira Dias de Magalhães ⁱⁱ	1904 – ?
Alberto Baptista Alvares ⁱⁱⁱ	Militar, mutilado da 1. ^a Guerra
Albino Neves da Costa ^{iv}	Engenheiro
Amadeu Pereira [Cardoso?]	[Padre?]
António Abrantes Tavares ^v	1905 – ?	Direito, Coimbra
António Augusto Gonçalves Rodrigues ^{vi}	1906 – 1999	Estudante, Coimbra (1922-29)
Antonio Rodrigues Cavalheiro ^{vii}	1902 – 1984	Ciências Histórico-Geográficas, Lisboa
César de Oliveira ^{viii}
Domingos de Gusmão Araújo	1889 – 1959	Letras e Direito, Lisboa
José Gracias	[Jesuíta/Seminário Olivais?]
José Luís da Silva Dias ^{ix}	1897 – ?	Engenheiro
José Manuel da Costa ^x	1904 – ?	Direito (1927), Filologia Românica e Magistério (1930)
José Ribeiro da Silva
Leão Ramos de Ascensão ^{xi}	1903 – 1980	Direito, Lisboa (1928)
Manuel Múrias ^{xii}	1900 – 1960	Filologia Românica, Lisboa
Marcelo Caetano ^{xiii}	1906 – 1980	Direito, Lisboa (1927)
Nuno de Montemor ^{xiv}	1881 – 1964	Capelão militar (Guarda)
Paulo Durão Alves ^{xv}	1893 – 1977	Padre jesuíta, Teologia, Universidade Gregoriana (1924)
Pedro Teotónio Pereira ^{xvi}	1902 – 1972	Matemáticas Superiores, Lisboa (1925)

LINHA EDITORIAL E GRÁFICA

Na descrição de Marcelo Caetano, a *Ordem Nova* foi «o fructo de uma idade em que «a acção ainda é sonho e o sonho já parece acção»». De facto, perante uma República que parecia incapaz de ultrapassar os problemas que a debilitavam e desprestigiavam, só podiam aumentar as esperanças dos que a queriam ver extinta, substituída por um “novo Estado”. Os jovens integralistas entenderam que era chegada a hora de despertar e unir as energias de todos os adversários do regime republicano – monárquicos, nacionalistas, católicos, conservadores... – sob a bandeira do Integralismo. A «monarquia, orgânica» tinha naquele momento uma oportunidade única que não queriam desperdiçar. Neste quadro, os animadores da *Ordem Nova* desenvolvem uma **linha editorial orientada para dois objectivos**: por um lado, **a mobilização para a luta**, que é feita à custa de uma crítica dura aos núcleos que congregavam as oposições ao regime, uma espécie de despertar das “consciências”¹⁷; por outro lado, **a promoção das suas propostas**, que parte quase sempre de um ataque feroz aos princípios e valores enformadores do regime republicano, enquanto sistema demo-liberal, bem como a todas as manifestações de natureza cultural a ele associadas. O ataque personalizado também tem alguma expressão, sobretudo, através das polémicas sustentadas com António Sérgio, da *Seara Nova*.

Graficamente, a *Ordem Nova* foi uma revista pobre, se exceptuarmos a capa futurista. Nenhum número apresenta imagens ou cor. Os textos dispõem-se numa única coluna, identificados por um título, em corpo superior ao do texto, e, por vezes, são separados por filete ou outro elemento gráfico simples. A revista apresenta uma única secção, «Pensamentos, palavras & obras», sob a qual se arrumam os artigos de menor dimensão e, em regra, de maior actualidade (pequenas notícias, comentários a eventos, etc.). Revela também deficiências significativas ao nível da revisão, composição e impressão.

Em Fevereiro de 1927, data em que totalizou 12 números, isto é, uma série, Marcelo Caetano despediu-se dos leitores, dando por finda a missão mobilizadora e correctiva da *Ordem Nova*: «Estamos em vésperas de um renascimento de actividade integralista que provocará, ao que consta, o aparecimento de jornais diários e a intensificação da luta no meio da qual nada poderia a fraqueza da nossa revista de estudantes. Suspendemos, portanto, até que um dia seja necessária a sua ressurreição.» Não foi de todo.

Rita Correia

Lisboa, 16 de Novembro de 2011

¹⁷ Veja-se, como exemplo da mordacidade que punham em prática, a caricatura à (in)acção dos monárquicos, dos religiosos e das organizações sociais “de direita”, feita por Albino Neves da Costa, em «O reino do “é preciso”», in *Ordem Nova*, n.º 2 (Abr. 1926), pp. 47-52.

BIBLIOGRAFIA

Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974), dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto. 2 vols. Lisboa: Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais, 2004. ISBN 972-671-135-5 e 972-671-145-1.

Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Instituto Português do Livro e da Leitura, coord. Eugénio Lisboa. 3.º, 4.º, 5.º e 6.º vols. Lisboa: Publicações Europa-América, 1985. ISBN 972-1-03185-2 (v. 3), 972-1-04378-8 (v. 4) 972-1-04726-0 (v. 5) e 972-1-04779-1 (v. 6).

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

ANDRADE, Adriano da Guerra – **Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses**. 1.ª edição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980.

CARVALHO, Paulo Archer de – **Da Nação Portuguesa (1914-1938) ao Integralismo Lusitano (1932-34): a insurreição dos intelectuais**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2002. [disponível em http://www4.fcsh.unl.pt:8000/~slhi/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=113, consult. em 27/10/2011]

CARVALHO, Paulo Archer de – «De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia», in **Revista de História das Ideias**, 17 (1998), Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, pp. 79-123.

CRUZ, Manuel Braga da – «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», in **Análise Social**, vol. XVIII (70), 1982, pp. 137-182.

PINTO, António Costa – «A formação do integralismo lusitano (1907-17)», in **Análise Social**, Vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 1409-1419.

LEAL, Ernesto Castro Leal – «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo», in **Análise Social**, vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), pp. 823-851.

PIRES, Daniel, **Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)**. Lisboa: Grifo, 1996. ISBN 972-1-00640-8.

ROCHA, Clara – **Revistas Literárias do século XX em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1985.

TORGAL, Luís Reis – **Estados Novos. Estado Novo**. 2.ª edição. 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. ISBN 978-989-26-0009-3 (vol. 1) e 978-989-8074-60-7 (vol. 2).

APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS SOBRE OS MEMBROS DA REVISTA *ORDEM NOVA* (QUADRO I)

ⁱ Escritor, poeta; colaborou com vários periódicos. Acabou por se Incompatibilizar com o Estado Novo.

ⁱⁱ Presidente da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano (1927); no Porto, foi chefe da secretaria judicial do 2.º Tribunal, vogal da Comissão Administrativa (1935) e vereador; foi deputado da Assembleia Nacional (III e IV Legislaturas) e procurador da Câmara Corporativa (VII Legislatura).

ⁱⁱⁱ Dirigiu a revista *O Mutilado* (1920) e colaborou com *A Guerra* (1926).

^{iv} Colaborou com a revista *Agora* (1961) sob o pseudónimo «Onésimo».

^v António da Fonseca Abrantes Tavares foi delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), Juiz dos tribunais de Trabalho da Covilhã e de Coimbra e Director da Cadeia Penitenciária de Lisboa; Foi Governador Civil de Viseu (1940-43) e presidiu às Juntas Nacional de Resinosos e dos Produtos Pecuários; também foi deputado da Assembleia Nacional, pelo círculo de Viseu (V e VI Legislaturas).

^{vi} Professor auxiliar na Faculdade de Coimbra; Editor da revista *O Fôco* (1913); catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, que dirigiu entre 1951-56; Fundador do ISLA (1962); foi deputado da Assembleia Nacional (VIII-IX Legislaturas).

^{vii} Secretário da *Nação Portuguesa*; na Câmara Municipal de Lisboa, foi chefe da Secção de Bibliotecas e do Arquivo Histórico e chefe da Repartição de Acção Cultural e Turismo; foi professor na Escola Naval e nos Liceus Camões e Gil Vicente, em Lisboa; dirigiu os Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa; foi deputado da Assembleia Nacional (III Legislatura) e procurador da Câmara Corporativa (VIII Legislatura).

^{viii} César Augusto de Oliveira colaborou no jornal *A Monarquia* (1916) que se encontra digitalizado, e foi redactor de *A Nação* (1946 – xxx), que faz parte do espólio da Hemeroteca Municipal (cota J. 487 V.).

^{ix} Director do *Diário da Manhã* (1956-59); fez parte da Comissão de Propaganda da União Nacional; chefiou o serviço de informação e imprensa do SPN; foi deputado da Assembleia Nacional (III, IV e V Legislaturas).

^x Professor; deputado da Assembleia Nacional (III, VII, VIII e IX Legislaturas); chefe do Gabinete de Oliveira Salazar (1944) e do Secretariado Nacional de Informação (1951-55).

^{xi} Pertenceu ao conselho privado do Duque de Bragança; militou na *Acção Católica*; Presidente da *Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano* (1926).

^{xii} Dirigiu a revista *Nação Portuguesa* (1924-26) e colaborou em vários periódicos; professor do Magistério Primário; membro da Junta de Educação Nacional e inspector do ensino colonial; membro do Grande Conselho do Movimento Nacional-sindicalista; foi deputado na Assembleia Nacional (III e IV Legislaturas).

^{xiii} Professor; colaborou na revista *Nação Portuguesa*, na *Ideia Nacional*, *Jornal do Comércio e Colónias* (1931) e na revista *O Direito* (1932); colaborou na redacção da Constituição de 1933 e do Código Administrativo de 1936; desempenhou vários cargos na administração; presidente da Câmara Corporativa e membro vitalício do Conselho de Estado (1952); Ministro da Presidência (1958); Presidente do Conselho após a morte de Oliveira Salazar.

^{xiv} Pseudónimo de Joaquim Augusto Álvares de Almeida. Escritor de veia regionalista; colaborou com vários periódicos.

^{xv} Director do Instituto Nuno Álvares; Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga; Director da revista *Brotéria*; foi procurador da Câmara Corporativa (III e IV Legislaturas).

^{xvi} Dirigente da juventude integralista da Faculdade Ciências; colaborador em vários periódicos, como *A Época*, *A Ideia Nacional*, *Gil Vicente*, *Nação Portuguesa* e *Novidades*; foi subsecretário de Estado da Corporações e Previdência Social (1933); ministro de várias pastas; embaixador; deputado da Assembleia Nacional (I e II Legislaturas) e procurador da Câmara Corporativa (V Legislatura).